

**CEDI**

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte: Jornal do Comércio

Class.: RO 189

Data: 21.07.87

Pg.: \_\_\_\_\_

**Riscos ecológicos na Amazônia**

Os levantamentos, feitos através de fotos por satélite, revelam que em apenas três anos, de 1982 a 1985, o desmatamento no Estado de Rondônia, sobretudo ao longo da BR-364, aumentou de 4% para 11% de seu território, ou seja, de 10 mil para 27 mil quilômetros quadrados, e isto por si só se converte em indicador de um processo de ocupação cujas características predatórias não podem ser ignoradas, ou subestimadas, em suas repercussões atuais e potenciais em termos de política ambiental.

Segundo os cálculos do Centro Ecumênico de Documentação e Informação, a ser mantido o ritmo atual até o final de 1987 a devastação florestal deverá atingir 54 mil quilômetros quadrados — 22% do território daquele Estado. A área desmatada triplica a cada três anos e os riscos ecológicos daí advindos não são desprezíveis, antes se erigem já a esta altura, no entender dos estudiosos, em uma grave advertência ante a qual os órgãos governamentais não podem permanecer insensíveis.

Observa-se, a propósito, que a rarefação da floresta, que as fotos colhidas por satélites constata e comprovam, é perceptível no centro e no sul do Estado, em áreas de colonização do Projeto Polonoroeste, esquadrinhadas por um formigueiro de loteamentos, projetos agropecuários e estradas vicinais.

A população de Rondônia passou de 111 mil pessoas em 1970 para 491 mil em 1980, estimando-se em 818 mil até o final do ano. Assinalam os analistas que no solo tropical, inapropriado a técnicas agrícolas importadas do sul temperado, de onde vêm muitos dos migrantes, os colonos derrubam a floresta, abrem clareiras na selva, plantam durante um ou dois anos e amargam raros sucessos nas colheitas. A terra acaba vendida a intermediários e especuladores e absorvida por projetos agropecuários e fazendas.

A conclusão, como observam aqueles analistas, é que a derrubada da floresta, com a perda de todo o seu patrimônio biogenético, produz a riqueza de alguns projetos agropecuários, subsistência difícil para colonos e ruína para populações naturais da região. Assim é que na Amazônia ocidental mais de 1 milhão de pessoas que vivem do extrativismo da borracha e da castanha, populações ribeirinhas que exploram os rios e as florestas e povos indígenas têm comprometido seu modo de produção econômica, tradicional e auto-sustentável.

Não resta dúvida de que o quadro acima exposto e que tem sido objeto de exposição e debates em numerosos congressos científicos, em cuja pauta figurou a apreciação da problemática do meio ambiente no País, está a merecer uma avaliação em profundidade para que se previnam consequências indesejáveis como as que já estão ocorrendo.

Não mais se admite, a esta altura, uma ocupação de caráter predatório, a um custo ecológico que não se justifique, em face da própria transitoriedade dos benefícios econômicos auferidos. Mais ainda, é preciso evitar que o desmatamento indiscriminado e sem respaldo em critérios de racional utilização desses recursos naturais possa resultar até mesmo, como tem sido denunciado, em riscos de desertificação, em detrimento de um patrimônio que pertence tanto às atuais como às futuras gerações.